

# **ANTÓNIO RAMALHO EANES**

## **DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA***

(TEXTO PARA A CERIMÓNIA DE RECEPÇÃO DO DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* DURANTE A CERIMÓNIA DE ABERTURA DO ANO ACADÉMICO 2010-2011, NO ÂMBITO DA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA REFUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, A PEDIDO DO SEU REITOR, PROF. ANTÓNIO NÓVOA. O PADRINHO DO SR. GENERAL, RESPONSÁVEL PELA *LAUDATIO*, É O PROF. JORGE MIRANDA. NA MESMA SESSÃO RECEBEM TAMBÉM AS INSÍGNIAS DO GRAU DE DOUTOR *HONORIS CAUSA* OS EX-PRESIDENTES DA REPÚBLICA MÁRIO SOARES E JORGE SAMPAIO)

*19H, AULA MAGNA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA*

**LISBOA, 11 DE OUTUBRO DE 2010**

Procurei, sempre, recusar convites ou dissuadir sugestões para doutoramentos *honoris causa*. Aceitei, porém, hoje, receber esta distinção da Universidade de Lisboa, das mãos do seu Magnífico Reitor, distinto Professor Doutor António Nóvoa, sobretudo por dois motivos:

1. *Primeiro*, por entender que é minha obrigação participar na homenagem que é devida, à Universidade de Lisboa, pela Sociedade Civil, dado o seu papel na história do ensino universitário em Portugal, na preparação de quadros competentes, informados e esclarecidos, que papel de relevo têm tido no nosso país ao longo da história, e, nomeadamente, na criação de condições que nos permitem guardar a nossa distintividade enquanto povo.
2. *Segundo*, porque ocasião tive de constatar que o que se sabe nunca nos é suficiente e, também, que suficiência segura se não tem do tempo, cuja duração, de inevitável finitude, se desconhece. Percepção conjunta – a da insuficiência de conhecimento e da finitude indefinida do tempo – que me levou a frequentar cursos de Psicologia, de Direito e, mais tarde, o de Ciência Política.

Estar aqui, hoje, é, pois, *também*, para mim, prestar à Instituição Universitária homenagem pessoal devida.

Consabido é que, em qualquer nação, só os cidadãos com dimensão e peso crítico suficientes, competentes, universitária e virtuosamente educados, informados historicamente sobre si e sobre o mundo, sobre o seu presente e sobre o provocante presente do mundo, cosmopolitas, portanto, são capazes de bem personalizar e operacionalizar a Sociedade Civil, torná-la activa, dotá-la de imaginação democrática, fazê-la capaz de harmónica, dinâmica e eficaz interacção estabelecer com o Estado (uma instituição sua, que, sendo a mais importante, não deixa de ser, como disse Tocqueville, “não (...) um bem, mas um mal necessário”<sup>1</sup>).

Só assim as Sociedades Civis conseguem libertar as nações de paralisantes ortodoxias, de modos convencionais de pensar; conseguem, enfim, levá-las a reflectir, com lúcido realismo, sobre os novos desafios e as novas ameaças que o devir e o presente fazem desaguar no seu quotidiano. E, ao longo do tempo, muitos são os professores e alunos notáveis da Universidade de Lisboa que se têm destacado pela sua excelência.

O percurso da Universidade de Lisboa tem um significado simbólico especial pelo facto de ter sido refundada na I República que, apesar do insucesso na transformação global da sociedade e do país, não deixou de ser uma manifestação da vitalidade do liberalismo burguês – “a sociedade liberal repousa[va] essencialmente sobre o dinheiro e sobre a instrução que eram os dois pilares da ordem liberal”<sup>2</sup>. Como o dinheiro, a instrução era, ao mesmo tempo, emancipadora e exclusiva<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de – *De la démocratie en Amérique I*. S.I.: Gallimard, 1986. (col. Folio Histoire, 12). p.307

<sup>2</sup> RÉMOND, René – *Introduction à l'histoire de notre temps. 2. Le XIX<sup>e</sup> siècle, 1815-1914*. Paris: Éditions du Seuil, 1974 (Points, H13). p.46

<sup>3</sup> Cf. RÉMOND, René – *Introduction à l'histoire de notre temps. 2*. p.46

Num mundo cada vez mais globalizado, em mutação crítica, têm as universidades de enfrentar, com onerosas adaptações actualizantes, a assunção de novos processos, a instituição de novos cursos, a adopção de novas estratégias, resolvendo, assim, novas vulnerabilidades, enfrentando novos desafios, aproveitando e descobrindo novas oportunidades.

Adicionalmente, sentindo a necessidade de, como disse o Magnífico Reitor, se “«virar para fora» participando na vida da *res publica* e na produção do seu futuro”<sup>4</sup>, a Universidade de Lisboa tem contribuído para a absorção da capacidade de aprendizagem necessária ao processo de desenvolvimento dos homens e do País.

Nas palavras de Bernardino Machado, a universidade “deve ser escola de tudo, mas sobretudo de liberdade”<sup>5</sup>. Enfim, deve ser *escola do Homem e da sua Nação*, para tornar possível uma virtuosa interacção – competente, veraz e ética – no interior da sociedade e entre esta e o Estado, assim alimentando o rejuvenescimento da democracia enquanto sistema de liberdades:

- *Escola do Homem* porque, sendo ele o único ser dotado de liberdade e da decorrente capacidade de perfectibilização, dotado é de uma dupla historicidade: a da sua história pessoal (a da sua educação) e a da história da sua sociedade (a educação herdada; política e cultural) – historicidades que, dinamicamente, se implicam através da educação. Sartre teria, seguramente, isto em mente quando disse que no Homem a existência precede (tem primazia sobre) a essência. Mas tudo isto que distintiva o Homem, na natureza, e que nele, em potência, se contém, actualizável não é sem o contributo solidário dos outros homens – o dos presentes e o dos passados –, enfim, da educação que transmite e recria culturalmente.

Na consecução deste propósito de perfectibilização – sua e da Sociedade Civil – de insubstituível e decisiva importância é a aliança do saber com a ética. Diz Leonardo Polo, a propósito, que “o descuido de saber é um defeito ético, uma espécie de ignorância culpável, porque, assim, o homem se torna menos capaz de acção”.

- *Escola da Nação* e da democracia – entendidas como reflexo e criação de cultura – pois sabido é que só as sociedades capazes de uma reflexão filosófica sobre a sua própria estrutura e sobre as ideias concomitantes, conseguem transformações reformadoras oportunas e ajustadas.

Facto, este, de importante relevância na vida prosperante das nações, pois, a memória democrática activa sabe que a tradição – a história, se quisermos – pode ajudar-nos não só a não repetir erros, como, ainda, a compreender quem somos, onde nos encontramos, o que podemos esperar. E conhecer o verdadeiro sentido da tradição é contribuir, como disse Kean, para “estimular a imaginação democrática contemporânea”, indispensável ao desenho rigoroso do futuro.

A importância da educação evidente se torna quando se sabe que só ela pode e deve ser o alicerce distintivo de uma Nação e uma sua fonte prosperante. De

---

<sup>4</sup> NÓVOA, António – A República e a Universidade. *Público*. (5 Out. 2010). 35

<sup>5</sup> Cit. In. NÓVOA, António – A República e a Universidade. *Público*. (5 Out. 2010). 35

facto, notório é, também, o seu efeito sobre a produtividade e a competitividade: “«Mais educação» comporta, (...), a prazo, um impacto directo em «mais produtividade»; cada ano de instrução primária aumenta, em média, em 13% o valor do trabalho que é executado, e cada ano no ensino secundário ou no ensino superior contribui para 6,8% desse valor”<sup>6</sup>. Afirmação, esta, que ganha relevante evidência, consequencialista, sobretudo, com um estudo do Deutsche Bank que revela, de forma não surpreendente, que “O motor do aumento do rendimento *per capita* não assenta nos investimentos, nem no desenvolvimento demográfico, mas sim no capital humano do país”.

Investir na educação sempre foi, em todos os tempos e países, via indispensável (embora não suficiente) para a modernização e o desenvolvimento social – investir, nela, com pertinente rigor, com ousadia também, é inadiavelmente urgente para Portugal.

Ora, Portugal, para se não decadentizar, não pode mais adiar o futuro. Responder à vida e ao mundo, em globalização e mudança, crescentes e aceleradas, numa situação cada vez mais exigente, exige da Universidade, como diz o Professor Doutor António Nóvoa, “convocar os cidadãos e reforçar o espaço público do debate”<sup>7</sup>. E, ainda, no dizer do Padre Manuel Antunes, em *Repensar Portugal*, “Sem crítica, a própria Sociedade Civil – ou os restos que dela subsistam – corrompe-se, avilta-se, ou, acaso, morre.”<sup>8</sup>

Gostaria, finalmente, de me dirigir, com a maior consideração e amizade, ao Senhor Professor Doutor Jorge Miranda, agradecendo-lhe, primeiro, a defesa que fez da minha pessoa e acção, e, depois – e sobretudo –, manifestar-lhe, publicamente, o meu apreço pela excelência das suas qualidades humanas e académicas, comprovadas e conhecidas, pelo importante trabalho que tem desenvolvido, não só no ensino, como distinto professor de Direito, mas também na investigação e divulgação do seu douto conhecimento na área do Direito Constitucional e, ainda, a sua intervenção, a política e, em especial, a cívica também, de grande rigor, competência, ética e responsabilidade social, e pela sua preocupação em ajudar a preservar e desenvolver a democracia.

Termino, ainda, saudando todos os presentes, personalidades que, nas suas distintas áreas, têm contribuído para bem distintivar a história de Portugal das últimas décadas.

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Raul Galamba de et ali. – *Conquistar o futuro da Europa – Uma perspectiva estratégica*. Cascais: Principia, 2005. p.100

<sup>7</sup> NÓVOA, António – A República e a Universidade. *Público*. (5 Out. 2010). 35

<sup>8</sup> ANTUNES, Manuel - *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 2005 (Cidade Nova, 2). p.35